

***4° RELATÓRIO
SOBRE O ESTADO
DA
BIODIVERSIDADE
EM CABO VERDE***

NOVEMBRO 2009

“A conservação da natureza talvez seja uma pré-condição do crescimento económico, já que o consumo futuro depende em grande parte do enfoque de capital natural. A conservação é, sem dúvida nenhuma, uma pré-condição de desenvolvimento sustentável, que une o conceito ecológico da capacidade de sustentação aos conceitos económicos de crescimento e de desenvolvimento”

A. McNeely Jeffrey, 1988

Resumo Executivo

Com a ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, em Março de 1995, Cabo Verde comprometeu-se perante o mundo em apresentar periodicamente ao Secretariado da Convenção, o balanço da implementação da mesma no país, com particular destaque sobre o estado de conservação da biodiversidade, a nível nacional.

O primeiro relatório foi elaborado em 1999, o segundo em 2002 e o terceiro em 2006.

Este quarto relatório foi elaborado tendo como base informações existentes e disponíveis nas instituições ligadas directa ou indirectamente à gestão da biodiversidade e à preservação do ambiente, nomeadamente o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), o Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas (INDP), a Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP), a Direcção Geral das Pescas (DGP), a Direcção Geral do Ambiente (DGA), para além da consulta de documentos como o PANA II, o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em CABO Verde, a Estratégia e Plano Nacional da Biodiversidade, etc.

Em termos de uma percepção geral sobre o estado de evolução dos diferentes elementos que constituem a biodiversidade de Cabo verde, apresenta-se a seguinte situação: (i) a flora terrestre e marinha; (ii) a fauna terrestre e marinha; (iii) ameaças sobre a biodiversidade; bem como a integração da conservação da biodiversidade em vários sectores como: sustentabilidade agrícola; pecuária; florestal; da pesca; conservação *in situ* e *ex situ*; vulgarização; informação e formação; investigação e formação; e quadro jurídico e institucional.

A percepção do estado de degradação dos recursos biológicos fez com que o Governo tomasse algumas medidas, nomeadamente a publicação do Decreto nº 1/2005, de 21 de Março, que aprova a Convenção Internacional sobre Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora selvagens ameaçadas de Extinção (CITES) e a Emenda ao artigo XXI adoptada em Gabão-1983; o Decreto-Lei nº

3/2003, de 24 de Fevereiro, sobre o regime jurídico da Rede nacional de áreas protegidas; a ratificação da Convenção sobre as Zonas Húmidas de importância internacional (RAMSAR); o Decreto-Lei n.º 7/2002, de 30 de Dezembro, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção; para além de decisões internas que são tomadas para o bom avanço dos trabalhos para a preservação do ambiente.

Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma preocupante. Esse grau de degradação está, evidenciado em diversos documentos produzidos, nomeadamente a "*Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde*". De acordo com esse documento, encontram-se ameaçadas mais de 26% das angiospérmicas, mais de 40% das briófitas, mais de 65% das pteridófitas e mais de 29% dos líquenes, mais de 47% das aves, 25% dos répteis terrestres, 64% dos coleópteros, mais de 57% dos aracnídeos e mais de 59% dos moluscos terrestres. Esta situação considerada alarmante em 1996, vem-se agravando para as espécies *Alauda razae* (Calhandra-do-Ilhéu-Raso), cujo efectivo populacional sofreu uma redução de 250 exemplares em 1992 para 92 exemplares em 1998, *Himantopus himantopus* (Perna-longa), cuja população, avaliada em 75 exemplares em 1990, sofreu no período de 5 anos uma redução de cerca de 70% (Hazevoet, 1999).

De uma forma geral, a redução dos efectivos populacionais das componentes da biodiversidade deve-se principalmente à pressões antropogénicas.

O Governo de Cabo Verde não vem poupando esforços no sentido de honrar os compromissos assumidos com a ratificação da Convenção sobre a Biodiversidade. Daí que, estrategicamente, atribui o nível de prioridade em média alta, à aplicação aos vários artigos da Convenção.

Este quarto relatório está estruturado em 4 capítulos de acordo com as directrizes do Secretariado da Convenção e apêndices:

Capítulo I – Perspectiva da situação, tendências e ameaças à Diversidade Biológica, que traz informações sobre a situação actual da Biodiversidade Nacional, as ameaças a que está sujeitas e as medidas de conservação e protecção adoptadas pelas autoridades nacionais;

Capítulo II – Situação Actual das Estratégias e Planos de Acções Nacionais sobre a Diversidade Biológica, que tem por objectivo fazer um ponto de situação da implementação da Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Biodiversidade onde são destacados os resultados alcançados e os constrangimentos que Cabo Verde tem se deparado para implementar esses documentos

Capítulo III - Incorporação de considerações sobre a Diversidade Biológica nos Planos sectoriais e intersectoriais, demonstra o processo de incorporação das questões Ambientais, sobretudo da Biodiversidade, nos diferentes Planos Sectoriais e Intersectoriais, nomeadamente o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) e o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP II)

Capítulo IV – Conclusões: Progressos da Meta de 2010 e Aplicações do Plano Estratégico, que traz uma avaliação e considerações sobre os progressos alcançados por Cabo Verde no que diz a Meta de 2010 da Convenção da Diversidade Biológica, bem como das aplicações do Plano de Acção sobre a Biodiversidade.

Apêndice I – Informações concernetes a parte que informam e prepararam o relatório nacional sobre o estado da Biodiversidade

Apêndice II – Fontes de informação onde se baseia o relatório

Apêndice III – Progresso do programa de trabalho das áreas protegidas

Capítulo I – Perspectiva da situação, tendências e ameaças à Diversidade Biológica

1. A Cimeira da Terra, realizada em 1992, constituiu um marco histórico em todo o mundo para uma tomada de consciência sobre a tendência da degradação ambiental que estava ocorrendo, levando assim à mudança de atitude do homem, de forma positiva em relação ao ambiente.

Cabo Verde ao ratificar a Convenção sobre a Diversidade Biológica, em 1995, assumiu conservar a diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos, inclusivamente através do acesso adequado a esses recursos e da transferência apropriada das tecnologias relevantes, tendo em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, bem como através de um financiamento adequado.

2. Assim, como todos os outros países, Cabo Verde mobilizou-se em direcção a uma dinâmica de inserção das preocupações ambientais nos seus planos de desenvolvimento, sendo já evidentes, mudanças substanciais nas práticas, prioridades políticas e de opções de investimento.

Desde a independência, em 1975, que vários esforços tem sido feitos no sentido de maior conhecimento, protecção e sensibilização para com o ambiente. Para tal, temos contado com varias cooperações internacionais que nos tem auxiliando para a concepção e execução dos instrumentos importantes de gestão ambiental.

3. Através do Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005), fazendo um diagnóstico global das preocupações nacionais sobre a problemática do ambiente e da biodiversidade, procurou-se identificar os principais pontos fortes e fracos em relação ao estado do ambiente e dos recursos naturais no país. Foram destacados as fragilidades na agricultura e na pecuária, a utilização depredatória da biomassa, a degradação de ecossistemas, a insuficiência de legislação dissuasória de práticas agressivas ao ambiente e, uma excessiva dependência do país em relação aos combustíveis fósseis.

4. Neste capítulo iremos analisar cada ecossistema, apresentando as perspectivas da situação actual, as tendências e as ameaças que tem enfrentado.

Biodiversidade terrestre

5. A situação actual dos conhecimentos da biodiversidade terrestre em termos genéticos, específicos e taxonómicos, é aquela que se pôde registar, no Primeiro e no segundo Relatório sobre o estado da Biodiversidade em Cabo Verde. Desde então não se registou nenhuma evolução significativa com relação ao número de *taxa* identificados e/ou relatados.

6. A nossa flora terrestre constitui a componente mais bem estudada e conhecida da biodiversidade nacional, mas é de ressaltar de que muitos esforços têm sido feitos para um conhecimento mais amplo da diversidade biológica do país.

O Livro Branco sobre o estado do Ambiente em Cabo Verde (2004) mostra claramente a necessidade e a grande importância de maior conhecimento para que a conservação e gestão da mesma seja de uma forma abrangente e com todos os componentes existentes.

- **Flora**

7. O arquipélago de Cabo Verde tem sofrido grandes modificações ecológicas devido às mudanças climatológicas recentes que afectarão o mundo sariano. Tudo indica que antigamente, com condições mais favoráveis, se assentaram espécies florísticas relacionadas com a proximidade da zona da macaronesia, em especial Canárias, e a região do noroeste africano, de donde parece que derivam a maioria da actual flora endémica.

8. A comum origem vulcânica do país, que se assemelha aos demais arquipélagos da macaronesia, mas com a diferença dos ventos alísios húmidos do nordeste, recebem a influencia dos ventos, provocando, por um lado, a patente contraste norte-sur da vegetação, a semelhança das Canárias, excepto nas ilhas mais baixas (Sal, Boavista e Maio) que ligeiramente passam os 400 m de altitude e que quase nunca recebem a influencia dos ventos húmidos, sendo por tanto muito secas. Por outro lado, a grande instabilidade das precipitações,

que é caracterizada por largos períodos de escassez, podendo em algumas áreas ultrapassar os 300 mm de precipitação nas ilhas mais altas.

9. Podemos assim concluir, por tanto, que a flora caboverdiana é relativamente pobre, constituída por cerca de 621 espécies, sendo praticamente a metade (42%) são introduzidas (alóctonas), 13% são endémicos, 14% tem uma ampla distribuição e 30% são de origem duvidosa (Hazevoet, 1995).

Esta pobreza, causada grande parte pelas condições climáticas, encontra também a sua explicação no descobrimento das ilhas. Numerosas plantas foram introduzidas e cultivadas até os nossos dias, destruindo aquelas que já existiam, provocando com isso o seu gradual desaparecimento da flora original autóctona a medida que a flora alóctona aumentava sua adaptação e ampliado a sua distribuição.

- **Fauna**

10. A fauna terrestres em Cabo Verde não se tem muitas informações com exceção das aves, dos répteis e dos insectos (Gomes et al., 1998), sendo pouco comuns os anfíbios e os mamíferos.

Dos grupos de animais mais conhecidos são os vertebrados, sendo mais representativos, as aves e os répteis (Quadro 1).

Quadro 1. Os vertebrados de Cabo Verde

Vertebrados	Nº de taxa conhecidos	Nº de taxa endémicos	Nº de taxa extintos ou ameaçados
Aves			
Espécies sedentárias	36	13	17 (dos quais 8 endémicos)
Espécies migradoras	135	0	0
Répteis			
Répteis terrestres	28	25	7
Anfíbios			
<i>Bufo regularis</i>	1	0	0
Mamíferos			
Quirópteros (morcegos)	5	0	0
<i>Cercopithecus aethiops</i> (macaco)	1	0	0

Fontes: Hazevoet, 1995, 1996. 1999; Naurois, 1994, 1996; Schleich, 1996.

Aves

11. No ano de 2005 registou-se a existência de 41 espécies de aves como nidificantes em Cabo Verde (Tosco, 2005) e aproximadamente 150 espécies que passam por Cabo Verde, no seu percurso migratório, podendo muitas vezes, permanecer no arquipélago durante o inverno (Fernandes, 2007).

Cerca de 16 podem ser consideradas frequentes por serem anualmente registadas no arquipélago e permanecem principalmente nas zonas húmidas das ilhas de Boavista, São Vicente, Sal e Maio (wetlands).

12. A reduzida disponibilidade de alimento, pequenos pelágicos, invertebrados, poderá estar na origem da fraca diversidade de aves em geral, principalmente das marinhas,. em Cabo Verde (9 espécies cerca de 21% são marinhas).

Das 46,3% das espécies que reproduzem em Cabo Verde, incluindo nove espécies endémicas, estão na lista de espécies ameaçadas de extinção (Hazevoet,1996) e por esta razão essas espécies são consideradas como prioritárias nas acções de preservação.

13. As populações de aves têm vindo a sofrer uma rápida diminuição, devido a exploração directa, considerada como a caça e roubo de ovos e filhotes, quanto por exploração indirecta como a degradação de habitats de nidificação e alimentação ou devido a predação por parte de espécies introduzidas nas ilhas e ilhéus do país (gatos, ratos, etc.)

Visando a necessidade de preservar as espécies e atenuar as principais ameaças que vem afectando as mesmas em todo o país e com relação das prioridades apontadas pelo PANA II.

14. Em Novembro de 2005, Cabo Verde ratificou a Convenção das Zonas Húmidas (RAMSAR) cujo um dos objectivos é a conservação das aves migratórias, mostrando o grande interesse do país em conservar este grupo de espécies, pois Cabo Verde, segundo IBAs (important birds área pela birdlife internacional), tem 12 áreas consideradas como importantes para as aves, sendo algumas dessas áreas já protegidas pelo Decreto Lei 3/2003.

15. Os endemismos são muito importante em termos da biodiversidade em Cabo Verde, para além dessas espécies se restringir apenas ao arquipélago, ela se restringe a uma ilha ou até ilhéu ou nicho ecológico bem preciso.

Esta constatação assume uma importância acrescida em termos de biodiversidade, pois revela o quanto a biodiversidade específica depende da biodiversidade ecológica e funcional, demonstrando assim que, a pressão sobre a biodiversidade, no geral, é de natureza múltipla e requer medidas integradas de protecção (SEPA, 2001).

Repteis

16. Os répteis são igualmente interessantes, pois incluem um grande número de endemismos por parte dos saurios (lagartos) e uma grande variedade de espécies que se reproduzem ou alimentam nas águas do país como os quelônios (tartarugas). A herpetofauna terrestre de Cabo Verde é constituída por 28 taxa de répteis terrestres, dos quais 25 são endémicos do Arquipélago (Schleich, 1996) representantes de 2 famílias (Scincidae e Gekkonidae) e de 3 géneros (Schleich, 1987, 1996).

17. Os ilhéus são locais onde se encontra o maior número de taxa endémicos de Cabo Verde. De acordo com Schleich (1996), 25% dos 28 taxa estão extintos ou ameaçados de extinção.

Além dos vertebrados indicados no quadro, existem em Cabo Verde os mamíferos domesticados como os bovinos, caprinos, suínos, equídeos, asininos e muares, introduzidos desde o início do povoamento das ilhas.

18. Dos invertebrados conhecidos no país temos os artrópodes, representados pelos insectos e aracnídeos, e os moluscos extra-marinhos de água doce e das zonas mais húmidas. O Quadro 2 apresenta o número total conhecido, o número de endemismos, e o número de espécies já extintas e ameaçadas de extinção.

Quadro 2. Os invertebrados de Cabo Verde

Invertebrados	Nº de taxa conhecidos	Nº de taxa endémicos	Nº de taxa extintos ou ameaçados
Artrópodes			
Insectos (coleópteros)	470	155	301
Aracnídeos	111	46	64
Crustáceos de água doce	3	?	3
Moluscos extra-marinhos de água doce zonas húmidas			
<i>Gastropoda</i> (espécies de água doce)	12	?	8
<i>Actophila, Stylommatophora</i> (espécies de zonas altas .)	37	?	21

Fontes: Geisthardt. 1996; Groh. 1996.
? dados não disponíveis

19. Os insectos, como em quase todos os ambientes, constituem um grupo com alto éxito adaptativo. Não é uma exceção para o caso de Cabo Verde.

Devido à sua íntima relação com as culturas agrícolas, estão melhor estudados em Cabo Verde a ordem *coleoptera* (coleópteros), aquela que, em termos de comportamento ecológico, está melhor inventariada. Mas também podem ser encontradas outros insectos da ordem: Dípteros, Lepidópteros, Acrídeos (gafanhotos), Homoptera, Hymenoptera e Thysanura (insectos sem asas) (Mendes, 1982).

Quadro 3. Principais ordens de insectos conhecidos em Cabo Verde

Insectos (ordem)	Nº de espécies	Nº de família representada
<i>Diptera</i> (Dípteros)	204	37
<i>Lepidoptera</i> (Lepidópteros)	103	10
Acrídeos (gafanhotos)	33	-
Homoptera	29	-
Hymenoptera	25	25
Thysanura (insectos sem asas)	16	-

Fontes: DGA, 2009

Biodiversidade marinha

20. Os progressos verificados a nível da biodiversidade marinha, tal como os registados para a biodiversidade terrestre, resultaram essencialmente de estudos realizados no âmbito de vários projectos e programas e de uma pesquisa bibliográfica que, por mais minuciosa que tenha sido, nunca chegará a ser completa, pois a dispersão de publicações é bastante grande.

21. Tendo uma plataforma muito limitada e de natureza acidentada nas costas, acaba por limitar a zona intermareal (zona da costa influenciada pela acção das marés alta e baixa), sazonalidade dos fenómenos bio-oceanográficos que levam ao enriquecimento das águas superficiais. A fraca precipitação é geralmente apontada como uma das causas responsáveis pela baixa densidade populacional de organismos vivos marinhos, limitando a contribuição das águas continentais, que transportam uma grande riqueza em sais minerais favorecendo assim a fotossíntese e o desenvolvimento da cadeia alimentar.

22. Assim a reprodução biológica fica particularmente ligada à regeneração local, favorecida sobretudo pela temperatura das águas, que facilita o crescimento e a reprodução das espécies, limitando a produção biológica que por sua vez não atingindo grande biomassa comparado com os países da sub-região.

- **Flora**

23. A zona onde Cabo Verde está inserida, Tropical do Atlântico Este, é considerada como uma das zonas mais pobres em espécies de algas marinhas. Ao nível da flora marinha, referencia cerca de 80 espécies diferentes de algas epibióticas cujo padrão de distribuição parece depender de factores ecológicos, bem como da presença de animais hospedeiros, o que revela um nível de biodiversidade funcional digno de registo.

Refere-se cerca de 142 espécies de microalgas, distribuídas segundo 51 géneros e 10 ordens (Medina et al., 2002).

- **Fauna**

24. A fauna marinha de Cabo Verde é bem diversificada, estando representada em vários grupos. Dos **invertebrados marinhos de pequeno porte** fazem parte: os Espongiários, as Polychaetes (minhocas marinhas), as Medusas (água viva), as Estrelas-do-mar, os Ouriços, os pequenos Crustáceos (Amfípodes, Copépodes) e os pequenos Moluscos bivalves filtradores.

Assim, estão referenciados 21 espécies de medusas, distribuídas por 13 géneros e 3 famílias o que, devido ao reduzido número de famílias de hidrozoários existentes no mundo e que colonizam quase todos os oceanos e mares, a biodiversidade das medusas em Cabo Verde, é considerada relativamente rica.

25. Dos poliquetas estão representados por cerca de 35 espécies, da mesma família, constituindo 25 de entre elas citadas pela primeira vez em 1994 e oito de entre as espécies constituíram novas ocorrências para a região do Atlântico entre as Ilhas Canárias e o Golfo da Guiné.

As densas populações de invertebrados marinhos de pequeno porte localizam-se principalmente nas ilhas do Sal, Boavista e Maio, onde a produtividade primária é mais elevada (Almada, 1994).

26. Dos **invertebrados marinhos de grande porte** fazem parte os corais, os moluscos (cefalópodes, gastrópodes, bivalves) e os crustáceos (camarões, caranguejos, percebes e lagostas).

Nos crustáceos, para além das lagostas que são apresentadas como sendo alvos de estudos cobrindo quase todos os ramos da biologia devido ao seu valor comercial, faz referências a dez espécies de camarões marinhos (sete de zonas costeiras e três de profundidade) que, infelizmente, não representam quaisquer interesses comerciais em razão da sua fraca biomassa e muitos deles serem de muito pequenas dimensões.

27. Para os **recifes coralinos**, em Cabo Verde devido a grande influência de águas frias da corrente de Canárias a sua diversidade é pequena, sendo a maioria das espécies existentes, endémicas (UNDP/IUCN, 1988).

Os principais géneros existentes são: *Porites*, *Sclerastrea*, *Favia* e *Monastrea*, onde as principais espécies existentes no país são *Porites astreoides*, *Porites*

porites, *Favia fragum* e *Sclerastrea radians*. São encontradas com maior frequência nas ilhas do sul do arquipélago onde se registam as temperaturas mais elevadas de água durante o ano, ressaltando que são espécies muito sensíveis à poluição química e à sobre-exploração.

28. De entre as classes de **moluscos** em Cabo Verde estão representados os cefalópodes, os gastrópodes e os bivalves ou lamelibrânquios que na sua maioria são endêmicos.

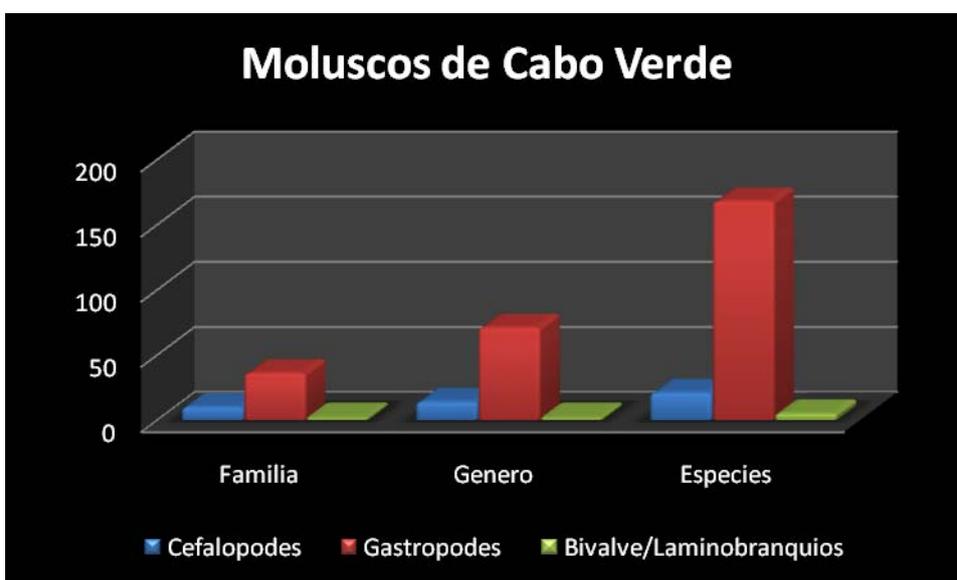


Figura 1. Moluscos de Cabo Verde

29. No grupo dos **Crustáceos** pouco se conhece acerca dos caranguejos que habitam as águas de Cabo Verde. No entanto, nas praias e nos rochedos são constantemente vistos os caranguejos chamados “violinistas”. Estes alimentam-se principalmente de diatomáceas encontrados nas areias e que, por sua vez, constituem a alimentação de algumas aves predadoras. Nas profundidades de 300-500 metros encontra-se uma espécie de caranguejo muito conhecida em Cabo Verde por “Gongon” (*Maja squinado*), frequentemente encontrados nos covos de pesca da lagosta-rosa como espécie acompanhante.

30. Os camarões são dos invertebrados marinhos menos estudados em Cabo Verde. São espécies que só se reproduzem quando a salinidade for inferior a 20% o que só seria possível em Cabo Verde se houvesse estuários. Entretanto, considera-se a hipótese de poderem reproduzir durante as grandes enxurradas,

diminuindo assim, temporariamente, a salinidade do mar. Assim sendo, e considerando a escassez anual das chuvas, os camarões não poderão reproduzir-se todos os anos.

31. Contudo distinguem-se dois grupos de camarões:

- Camarões de zonas costeiras, que não têm qualquer valor comercial – género *Alpheus* representado em 5 espécies, género *Athanas* e género *Sinalpheus*, cada um representado por uma espécie;
- Camarões de profundidade, que são observados nos covos de pesca da lagosta-rosa como espécie acompanhante e que até o presente foi identificada uma única espécie – *Penaeus notialis*.

32. Nas águas de Cabo Verde, as lagostas estão representadas pelas famílias Palinuridae, tendo as espécies *Palinurus charlestoni* (lagosta-rosa) a única endêmica, *Panulirus regius* (lagosta-verde) e *Panulirus echinatus* (lagosta-castanha) e a família Scyllaridae representada pela espécie *Scyllarides latus* (lagosta de pedra ou carrasco).

33. Os **répteis marinhos** que ocorrem no país são as tartarugas marinhas. Das sete espécies existentes no mundo cinco ocorrem nas águas de Cabo Verde, nomeadamente: a Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), a Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), a Tartaruga-de-casco-levantado (*Eretmochelys imbricata*), a tartaruga-parda (*Lepidochelys olivacea*), que ocorre com menor frequência e a Tartaruga vermelha (*Caretta caretta*) a única espécie a nidificar nas praias de todo o país.

34. Actualmente, Cabo Verde representa o segundo maior ponto de desova no Atlântico Norte da tartaruga vermelha ou comum, segundo o artigo sobre as tartarugas marinhas em Cabo Verde elaborado pela Universidade do Algarve em 2007, sendo as praias das ilhas do Sal, da Boavista e do Maio com o privilegio de acolherem anualmente a postura de milhares de fêmeas, contribuindo para que o país tenha a terceira maior população da espécie no mundo depois de Oman e Flórida (Plano Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde, 2008).

35. Em geral a tartaruga marinha vem sendo alvo de consumo desenfreado ao longo de décadas no país, sendo a carne, os ovos e o pénis, muito apreciados. Em Cabo Verde foi estabelecido desde 1987 um Decreto Lei que proíbe a captura dessa espécie nas épocas de desova e mais tarde foi aprovado o Decreto Regulamentar n.º 7/2002 de 30 de Dezembro, que estabelece a protecção total desse grupo de espécies, proibindo a sua captura ao longo do ano. Com isso o país vem apostando no desenvolvimento das actividades económicas à volta da conservação das tartarugas marinhas e do eco-turismo com a elaboração do Plano Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde em 2008.

36. A **ictiofauna** (peixes) de Cabo Verde tem sido alvo de muitos levantamentos faunísticos e estudos sistemáticos, que têm evoluído bastante com o tempo. Contudo essas informações estão muito dispersas, carecendo um inventário actualizado sobre a biodiversidade deste grupo de animais marinhos e eventualmente, de correcções em termos taxionómicos. Encontram-se inventariadas cerca de 570 espécies de peixes segundo Reiner, 2005, onde muitas delas são comuns entre os arquipélagos da macaronésia.

37. Do ponto de vista dos habitats predominantes, pode-se dividir as espécies marinhas de peixe de Cabo Verde em grandes grupos:

- **Grandes pelágicos** – Tunídeos (atuns e espécies afins) existentes 6 espécies Albacora (*Thunnus albacares*), Gaiado (*Katsuwonus pelamis*), Patudo (*Thunnus obesus*), Merma (*Euthynnus alleteratus*), Judeu (*Auxis thazard*), Serra ou Ilhéu (*Acanthocybium solandri*); espadarte e as agulhas (peixes de bicos).
- **Pequenos pelágicos** – *Decapterus macarellus* (Cavala Preta), *Decapterus punctatus* (Cavala-Branca), *Selar crumenophthalmus* (Chicharro ou Olho Largo), *Sardinella maderensis* (Arenque), *Spicara melanurus* (Dobrada) e *Lichia amia* (Pelombeta).
- **Demersais de fundos de areia** – Sargos (*Diplodus fasciatus*, *D. prayensis*, *D. puntazzo*, *D. sargus lineatus*, *Lithognathus mormyrus*),

- **Demersais de fundos de rocha** – Garoupa (*Cephalopholis taeniops*) o mero e o merato (*Epinephelus* sp.), o badejo (*Mycteroperca rubra*) as moreias (*Muraena* sp.), os congros e safios (*Conger conger*) a fanhama (*Scorpaena* sp.), o fatcho (*Apsilus fuscus*), o goraz (*Lutjanus* sp.), o manelinho (*Serranus atricauda*) alguns tubarões, etc.
- **Demersais de grandes profundidades** – espécies de seláceos de grandes profundidades (tubarões e raias) com destaque para a gata (*Centrophorus uyato*, *C. coelolepis*, *C. granulatus*, *Dalactias licha*), a lixinha-defundura (*Etmopterus pusilus* e *E. princeps*) e de teleósteos (peixes ósseos), sendo de referir a boca-negra (*Helicolenus dactylopterus*), o bagre (*Pontinus kuhlii*), a moreia pintada (*Gymnothorax polygionus*), o alfonsim (*Beryx spendens*), o charroco (*Scorpaena elongata*), entre outras, também divulgadas em “Pesca e Mercados” (Pastor, 2001).
- **Demersais bênticos** – linguados e raias.

Aves Marinhas

38. Das espécies de aves observadas em Cabo Verde, por razões ligadas a hábitos alimentares e aos nichos ecológicos preferenciais, nove são consideradas aves marinhas (Hazevoet, 1994) que nidificam em Cabo Verde, estando duas espécies ameaçadas de extinção no arquipélago: (i) *Phaeton aethereus* – rabo-de-junco, cuja a destruição de habitat e a captura tanto por gatos quanto por comunidades locais são os principais problemas associados a esta espécie em Cabo Verde, (ii) *Fregata magnificens* – rabil- que praticamente já extinguiu, sendo que há mais de nove anos não se reproduzem e só existem 5 indivíduos em Cabo Verde. Esta última espécie, em toda a África, nidifica apenas nos ilhéus Baluarte e Curral Velho.

39. A espécie *Calonectris edwardsii* (cagarra) e o *Puffinus* que são endémicos, tem vindo a sofrer enorme pressão pois são amplamente predados pela população local tanto nos seus ninhos como por captura accidental. Destaca-se o caso das cagarras que anualmente têm sofrido grandes ameaças pois

anualmente estima-se a captura no ilhéu Raso de cerca de 15 mil filhotes para a comercialização, segundo o relatório da INIDA de 2008.

Mas o grande esforço feito pela ONG nacional Biosfera I tem conseguido frear esta captura por parte dos pescadores.

40. Por diversas razões, já mencionadas neste relatório, foi elaborado o Plano de Conservação das Aves Marinhas em Cabo Verde (2008) com o objectivo de prover um plano estratégico de recuperação, conservação e gestão adequado deste património, listando as acções prioritárias.

Um dos resultados que se pretende alcançar com a iniciativa se relaciona com o incremento da consciencialização pública das necessidades de conservação em curto prazo, com a promoção das acções de recuperação e com a criação de modelo prognóstico de tendência para as populações actuais.

41. As aves marinhas estão fortemente ameaçadas, sobretudo devido às actividades antropogénicas e devido ao carácter migratório dessas espécies ameaçadas ou em perigo de extinção, muitas não só possuem valor científico como também valor económico e eco-turístico.

Tubarões e Arraias

42. Pouco se conhece sobre a distribuição mundial dos tubarões, sendo algumas espécies migratórias e outras não. O Atlântico, oceano que envolve Cabo Verde, é rico em seláceos, com uma grande variedade de espécies, principalmente à superfície (Blanc et al., in Nunes 1989).

Mas este grupo de animais vem sofrendo grandes ameaças, pois a pesca dos tubarões é pouco regulamentada, nomeadamente devido à falta de conhecimentos pormenorizados acerca dos padrões de pesca e da biologia desta espécie, e com isso tem-se vindo a desenvolver práticas segundo a qual só são retidas a bordo as barbatanas removidas, sendo a parte restante do tubarão devolvida ao mar. Esta prática resulta na morte de grandes quantidades de tubarões e contribui para uma mortalidade excessiva dos tubarões e tem efeitos devastadores nas suas populações. A reduzida taxa de reprodução dos tubarões torna a recuperação das unidades populacionais muito difíceis.

43. A nível nacional a pesca do tubarão não tem sido praticada de forma sistemática devido a vários factores nomeadamente preferências da população, falta de equipamentos adequados, falta de meios e tecnologia, além de aspectos relacionados com a própria biologia da espécie tornando esta pescaria sem sucesso apesar de tentativas por parte de alguns armadores nacionais (INDP, 2009).

44. Só a partir de 2005, no âmbito do Projecto Tubarão da CSRP foi possível iniciar-se a recolha de dados de captura de tubarões da pesca artesanal nos portos de desembarque da Praia e de São Vicente e Sal.

Mas anteriormente em 1997, numa reunião do Comité das Pescas (COFI) foram apresentados directivas para a gestão mundial e regional durável de espécies de tubarões dando origem a um Plano de Acção Internacional para a Conservação e Gestão de tubarões (FAO, 1998).

Em termos de legislação nacional com a aprovação em 2005 do 1º Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (Resolução nº3/2005 do BO nº 8 de 21 de Fevereiro 2005) surgem algumas medidas de precaução a nível do recurso tubarão.

45. Também em 2005, Cabo Verde aderiu a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), que tem por objectivo controlar o comércio internacional, exercendo controle e fiscalização especialmente quanto ao comércio de espécies ameaçadas, suas partes e derivados com base num sistema de licença e certificados.

Neste sentido medidas de gestão deverão ser tomadas com base nos princípios definidos no código de conduta para uma pesca responsável evitando consequências como a perda da biodiversidade e uma situação de perigo de extinção de algumas espécies ameaçadas a nível mundial e que ocorrem em Cabo Verde.

Mamíferos marinhos

46. Mais de 20 espécies de mamíferos marinhos, entre baleias e golfinhos, são conhecidos nas águas do arquipélago, das quais 22 já foram registadas (Quadro 3).

Todas as espécies de cetáceos são espécies mundialmente protegidas sendo algumas delas ameaçadas de extinção. Em Cabo Verde existem importantes espécies com valor económico para o desenvolvimento do eco turismo, citando a Baleia de Bossas que utilizam as águas do arquipélago para se reproduzirem e crescerem ao longo do verão, assim nesta época são desenvolvidas actividades de observação dessas mamíferos ao longo da costa.

47. Ainda não existe um Plano Nacional de Conservação para os Mamíferos Marinhos mas estão sendo feitos trabalhos de identificação das espécies que passam pelas águas do arquipélago, de sensibilização da população através de desdobráveis elaborados pelo INDP em 2007 e de elaboração de uma base de dados dos arrojamentos ocorridos desde 2000.

Quadro 4: Espécies de Golfinhos e de baleias observadas no arquipélago

	Família	Espécie
1	DELPHINIDAE	<i>Delphinus delphis</i>
2		<i>Globicephala macrorhynchus</i>
3		<i>Globicephala melas</i>
4		<i>Grampus griseus</i>
5		<i>Lagenodelphis hosei</i>
6		<i>Orcinus orca</i>
7		<i>Peponocephala electra</i>
8		<i>Pseudorca crassidens</i>
9		<i>Stenella attenuata</i>
10		<i>Stenella coeruleoalba</i>
11		<i>Stenella frontalis</i>
12		<i>Stenella longirostris</i>
13		<i>Steno bredanensis</i>
14		<i>Tursiops truncatus</i>
15	KOGIIDAE	<i>Kogia simus</i>
16	PHYSETERIDAE	<i>Physeter macrocephalus</i>
17	ZYPHIIDAE	<i>Ziphius cavirostris</i>

	Família	Espécie
18	BALAENOPTERIDAE	<i>Balaenoptera acutorostrata</i>

19		<i>Balaenoptera edeni</i>
20		<i>Balaenoptera musculus</i>
21		<i>Balaenoptera physalus</i>
22		<i>Megaptera novaeangliae</i>

Fonte: Poster do INDP (versão actualizada em 2007).
 Concepção de Vanda Monteiro e Pedro López.

Ameaças, Causas dos Impactos sobre a Biodiversidade

48. A biodiversidade Insular é o legado de uma história evolutiva única sendo particularmente frágil e vulnerável. Esses factores acentuam-se pelo clima seco do país e pela variabilidade climática pré-existente. Os principais factores da perda da biodiversidade insular iriam continuar ou aumentar rapidamente de acordo com o Millennium Ecosystem Assessment (Avaliação do Ecosistema do Milénio). Este processo também acaba por agravar pelos impactos graduais das alterações climáticas, aliados à mudança de habitat, à sobre exploração e, em particular, às espécies invasoras.

Unidades agro-ecológicas e pecuária

49. Segundo o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde (2004), estão inventariadas, definidas e caracterizadas, 45 zonas climáticas que albergam 134 comunidades vegetais diferentes, distribuídas segundo 483 unidades agro-ecológicas em todo o país. Uma descrição da biodiversidade ecológica e funcional, em meio terrestre nacional, carecendo de uma associação às principais espécies de animais, que pode constituir numa interessante linha de investigação em matéria de biodiversidade específica, ecológica e funcional.

50. O pastoreio livre em todas as ilhas do arquipélago, é um dos grandes problemas existentes. Por ter uma grande quantidade de bovinos e caprinos a percorrerem livremente nos campos cultivados, tem causado grandes danos nos lugares por onde passam. Sendo também a quantidade de pasto disponível muito inferior ao numero de consumidores e a destruição das terras torna-se um problema real.

Com a implementação do projecto “Melhoramento de raças, produção forrageira e transformação de produtos agro-alimentares” nos últimos 4 anos, muitas

dificuldades foram ultrapassadas em relação a resolução dos problemas acima descritos.

51. Com a implementação das acções descritas no projecto foram atingidos os objectivo previsto nomeadamente o aumento de efectivos de raça melhorada, melhoria da produção forrageira e transformação de produtos agro-alimentares.

Este projecto esteve inserido no Programa de Investimento, no Segundo Plano de Acção para o Ambiente (PANA II), enquadrado na implementação de projectos do Plano Intersectorial da Ambiente e Agricultura.

Práticas agrícolas e agro-florestais

52. A apanha desenfreada de areia nas praias tem levado a salinidade dos solos costeiros em todas as ilhas do arquipélago. Com as práticas de agricultura irrigada nas proximidades do litoral e a alta transmissividade dos aquíferos aluviais, a degradação das praias tem-se tornado uma realidade cada vez mais presente. Também, a lixiviação de pesticidas e de adubos químicos através das chuvas tem causado problemas de poluição da água das nascentes e dos aquíferos subterrâneos.

53. É de salientar de que as áreas cultivadas aumentam a cada ano, juntamente com a pastagem dos animais domésticos e o elevado consumo de água. Esse uso descuidado de produtos agro-químicos e eliminação precária de resíduos humanos polui o solo e afecta negativamente a vegetação nativa.

Assim, torna-se necessário o reforço de políticas agro-florestais e agrícola, nacionais, que permitam ajustar o desenvolvimento das mesmas com a conservação dos habitats críticos sem a destruição da flora e da fauna existente.

Destruição de habitats e degradação do ecossistema

54. A erosão do solo, tanto nos ambientes terrestres como costeiros, é responsável pela destruição de habitats inteiros em Cabo Verde, em determinadas zonas e dunas vegetativas em terras secas e vulneráveis.

É notório que a ocupação costeiras, a conquista de novos espaços rurais para a urbanização, a expansão do turismo e da actividade imobiliária está a invadir as

áreas selvagens/silvestres e contribuindo para a erosão das praias e dunas levando a uma destruição progressiva do habitat.

55. A ocupação humana nas áreas das praias dificulta a reprodução de tartarugas marinhas e aumenta os níveis de poluição nas áreas da baía, da mesma forma que a expansão turística e imobiliária. Grande parte dessa expansão é baseada nos planos de desenvolvimento local, que não analisam devidamente os potenciais impactos ambientais negativos que podem causar, essas consequências da pressão demográfica, colmata com a extracção de inertes tanto em terra como no mar para a construção civil e entre outros.

Introdução de espécies exóticas

56. Em Cabo Verde verifica-se que a maior parte das espécies existentes são introduzidas pelo homem ou pela acção do vento ou até mesmo transportados pelas aves migratórias que passam pelo arquipélago. Quer a nível da agricultura ou dos programas de reflorestação, as espécies foram introduzidas para dar uma nova dinâmica no arquipélago. A flora presente é representada por cerca de somente 80 espécies endémicas que são as que se modificaram de tal forma ao longo do tempo, devido às condições singulares do arquipélago, sendo hoje tão diferente que não se encontram em qualquer outra parte do mundo. Uma outra parte é representada por espécies nativas, que apresentam uma pequena alteração de outras da mesma espécie que se encontra em outras partes d mundo.

57. Com a constante introdução de novas espécies torna-se inevitável a interferência dessas na sobrevivência das espécies endémicas pois competem, no que diz respeito, ao espaço e a água, algo escasso no país. Assim a pressão sobre a biodiversidade tem aumentado, tornando-se um problema que agora estão sendo reunidas forças e condições adequadas e correctas para serem combatidas.

Nos ecossistemas marinhos, pouco se sabe sobre a distribuição de espécies exóticas causada pela descarga de água de lastro de navios turísticos e de cabotagem.

Conservação da biodiversidade

58. Por Cabo Verde possuir espécies biológicas que lhe são exclusivas e que não estão conservadas em qualquer outra parte do mundo, é notório que qualquer perda desses recursos significaria uma perda a nível mundial. Para prevenir e/ou evitar situações dessa natureza, tem-se implementado uma série de iniciativas, no âmbito de diversos projectos nacionais.

59. Para a conservação in situ, Cabo Verde decretou vários biotopos, em todas as ilhas, como áreas protegidas, constituindo uma rede nacional de espaços naturais e que contribuem, de igual modo, áreas com potencialidades turísticas capazes de contribuir para o desenvolvimento socio-económico sustentável ao nível regional e nacional, dando importância aos trabalhos feitos a nível da conservação da biodiversidade terrestre e marinha no país.

60. As áreas protegidas, instrumento crítico utilizado para conservar a biodiversidade terrestre e marinha, promovem a gestão sustentável dos recursos naturais, através da utilização de promissoras abordagens participativas para a conservação.

Cerca de 15% da superfície total do país é protegido pela Lei, divididos em 47 áreas protegidas, totalizando 72,156 hectares de paisagem com interesse nacional e mundial.

Mudanças climáticas

61. Nas décadas futuras, a mudança climática será sem dúvida a ameaça por si mais significativa e mais preocupante. O que se prevê de cenários das mudanças climáticas para o país realçam efeitos negativos significativos sobre o estado da biodiversidade dos ecossistemas tanto terrestres como marinhos. Vários habitats nichos podem desaparecer devido às alterações climáticas, agravando o nível de

ameaça em alguns ecossistemas e, até mesmo, provocar a extinção de espécies menor resistência.

A subida crescente do nível do mar, como resultado das alterações climáticas, também irá provavelmente agravar os problemas já existentes de erosão das praias, com impacto nos corais, levando ao seu branqueamento, tartarugas marinhas e entre outros organismos.

Capítulo II – Situação Actual das Estratégias e Planos de Acções Nacionais sobre a Diversidade Biológica (NBSAP)

62. Em 1999 com o apoio financeiro da agência das Nações Unidas, o PNUD e de acordo com o estabelecido no artigo 6 da convenção, Cabo Verde elaborou a sua NBSAP, que foi adoptado no mesmo.

Este capítulo faz um balanço da implementação da Estratégia, bem como dos resultados e constrangimentos encontrados e as lições apreendidas com a sua implementação. Para se entender um pouco a implementação, convém realçar que a mesma foi elaborada à luz das orientações definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional de Cabo Verde, da legislatura 1996-2000 e serviu de base para a elaboração do documento da Política Ambiental Nacional, o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II).

63. A Estratégia está assente nos **três grandes princípios da Convenção** como sejam (i) **participação das populações**, (ii) **abordagem integrada** e (iii) **parceria**.

Princípio da Participação da população

64. Na abordagem participativa, tudo deve ser feito para que as populações directamente afectadas sejam implicadas e responsabilizadas na definição e na execução das acções, no terreno. É nesta óptica e, para assegurar uma boa flexibilidade nas acções, que a escolha dos municípios como actor principal para a implementação da ENPA-DB, bem como as organizações da sociedade civil foi estabelecida.

Princípio da Abordagem Integrada

65. A necessidade de uma abordagem integrada assenta no facto do conceito de conservação e utilização sustentável da biodiversidade no contexto de um País em vias de desenvolvimento ser indissociável do conceito de luta contra a pobreza e de soluções para o desenvolvimento sustentável. A erosão dos recursos biológicos é um fenómeno tipicamente multi-sectorial cuja abordagem necessita de uma coordenação entre os programas técnicos relativos à criação de gado, à pesca, à reflorestação, à conservação de solos e água, e ao desenvolvimento agrícola, por um lado e ao desenvolvimento humano e social,

por outro lado. É por isso que a NBSAP previu o estabelecimento de uma coordenação entre os diferentes sectores de actividades a nível local bem como a nível nacional e regional, e uma concertação com os outros programas nacionais já adoptados ou à adoptar a saber: Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Programa de Acção Nacional de Luta Contra a Desertificação, Programa de Acção Florestal Nacional, etc.

66. A estratégia da ENPA-DB assenta igualmente sobre uma política de descentralização na qual se dá um importante poder de decisão e de gestão aos municípios. Assim, fica então clara a razão para o reforço das capacidades municipais em matéria de planificação, gestão e de acompanhamento dos projectos e/ou acções.

Princípio da Parceria

67. No tocante à parceria, a realização do programa necessita de uma coordenação entre todos os actores da sociedade a nível nacional e uma cooperação com os parceiros exteriores tais como organismos sub-regionais e os doadores. A nível nacional, os acordos de parceria devem ser definidos entre os parceiros do sector público (Estado e colectividades locais) e do sector privado (sociedade civil e ONG's).

68. A NBSAP está ainda dividida em oito temas, cada um correspondendo a um sector, com seus objectivos a serem implementados pelos diferentes actores:

- **Tema 01 – Sustentabilidade Agrícola**
- **Tema 02 - Sustentabilidade pecuária**
- **Tema 03 - Sustentabilidade florestal,**
- **Tema 04 - Sustentabilidade da pesca,**
- **Tema 05 - Conservação *in situ* e *ex situ*,**
- **Tema 06 - Vulgarização, informação e formação,**
- **Tema 07 - Investigação e formação**
- **Tema 08 - Quadro jurídico e institucional.**

O quadro a seguir traz um resumo dos temas e dos objectivos definidos pela Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade até o ano 2010.

Quadro 5 – Temas e Objectivos da NBSAP

Tema	Objectivos
1.Sustentabilidade Agrícola	1. Identificar e desenvolver sistemas de produção mais produtivos e sustentáveis
	2. Intensificar a diversificação das produções agrícolas alternativas que favoreçam a diversidade biológica para uma melhor gestão dos solos, da água, dos elementos fertilizantes, dos pesticidas e das sementes
2.Sustentabilidade pecuária,	1. Intensificar e melhorar a produção e a produtividade animal e promover sistemas de exploração ecologicamente são e menos predadoras do ambiente.
	2. Encorajar a integração agricultura-florestas-pecuária.
3.Sustentabilidade florestal,	1. Melhorar a gestão dos perímetros florestais e criar condições de conservação dos seus recursos genéticos.
	2. Encorajar a integração da agricultura-florestas-pecuária
4.Sustentabilidade da pesca,	1. Avaliar o estado de exploração dos stocks, principalmente das espécies de interesse comercial.
	2. Elaborar um plano de gestão das principais pescarias.
	3. Reforçar a fiscalização da zona económica exclusiva (ZEE).
5.Conservação in situ e ex situ,	1. Conservar amostras representativas dos diferentes ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos in situ, em áreas protegidas
	2. Conservar as espécies ameaçadas ex situ.
6. Vulgarização, informação e formação,	1. Promover a aprendizagem social e a apropriação do conceito global de biodiversidade nos diferentes sectores da sociedade
	2. Sensibilização, informação e formação de toda a sociedade sobre os conceitos da biodiversidade e sua conservação e preservação.
7. Investigação e formação	1. Promover e incentivar a pesquisa para a melhoria dos conhecimentos sobre os diferentes ecossistemas do país assim como das espécies animais e vegetais.
	2. Promover a especialização de investigadores e formadores em biodiversidade.
	3. Divulgar os resultados da pesquisa.
8. Quadro jurídico e institucional.	1. Aperfeiçoar a lei-quadro sobre o ambiente integrando aspectos sobre a biodiversidade contidos na estratégia nacional e acelerar a regulamentação das Leis já existentes sobre a matéria.
	2. Integrar os objectivos de participação das populações locais na conservação e utilização sustentável dos recursos na legislação sobre o ambiente.
	3. Reafirmar o poder das colectividades locais no que respeita a conservação da Biodiversidade e utilização sustentável dos seus elementos.

Estado de implementação da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (NBSAP)

69. A estratégia propôs que a sua implementação fosse executada por diferentes sectores através de projectos específicos.

70. Assim sendo, os projectos que foram elaborados à luz da NBSAP foram implementados por diferentes organismos do Estado, nomeadamente a Direcção Geral do Ambiente, Direcção Geral das Pescas, INGRH, INDP, Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, INIDA e Instituições de Ensino, e pelos diferentes Municípios do país e Organizações Não Governamentais, onde se destacam as Associações Amigos da Natureza, ADAD e Biosfera I.

71. A implementação dos diferentes objectivos e projectos derivados da estratégia foi financiado com recurso ao Orçamento Geral do Estado, com o apoio de países e instituições Internacionais, parceiras de Cabo Verde a saber: Agencias das Nações Unidas, GEF, Países Baixos, Cooperação Alemã, Cooperação Espanhola, Cooperação Portuguesa, Cooperação Luxemburguesa, Cooperação Francesa, ONG nacionais e internacionais e empresas privadas.

72. Apesar de a nível do Governo central não se ter determinado de forma oficial uma estrutura própria de coordenação da implementação da NBSAP, os objectivos por ela propostos foram sendo executadas ao longo dos anos e como se referiu no início deste capítulo, a estratégia serviu de base para a elaboração do 2º Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANAI) que constitui o documento de política ambiental nacional.

O quadro a seguir traz uma visão do estado de implementação da NBSAP:

Quadro 6 – Estado da Implementação da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (NBSAP)

Tema	Objectivos	Actividades	Resultados
Sustentabilidade Agrícola	Identificar e desenvolver sistemas de produção mais produtivos e sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> - Massificação do sistema de rega gota à gota - Promoção da hidroponia 	<ul style="list-style-type: none"> - Área actual de regadio é de 2400 hectares - Aumento da área irrigada com sistema gota a gota de 240 hectares em 2004 para 800 hectares em 2008 - Existência de estruturas de hidroponia na ilha do Sal e em São Domingos que perfazem cerca de 5.200 m² de área
	Intensificar a diversificação das produções agrícolas alternativas que favoreçam a diversidade biológica para uma melhor gestão dos solos, da água, dos elementos fertilizantes, dos pesticidas e das sementes	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação de culturas com introdução de sementes melhoradas - Implementação da Convenção de Estocolmo sobre a Eliminação dos POPs 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de sementes melhoradas de Tomates, Cebola, Pimentos, Batata Doce e batata comum, o que tem permitido menor incidência de pragas e aumento da produtividade; - Com apoio da cooperação internacional, Cabo Verde desenvolveu um projecto de eliminação dos Produtos Orgânicos Persistentes (POPs) que teve como principal resultado a produção de Plano Nacional de implementação da Convenção de Estocolmo.

	Encorajar a integração da agricultura – florestas – pecuária	- <i>Não se conhece actividades nesse sector florestal</i>	
Sustentabilidade da Pesca	Avaliar o estado de exploração dos stocks, principalmente das espécies de interesse comercial.	- Elaboração do plano de gestão dos recursos das pescas e dos respectivos planos executivos bianuais	- Elaboração de 3 planos executivos bianuais com as medidas de gestão da pesca
	Elaborar um plano de gestão das principais pescarias.		- Estabelecimento do período de defeso da cavala preta implementado - Pesca desportiva regulamentada e disciplinada - Interdição da pesca com recurso de garrafa
	Reforçar a fiscalização da zona económica exclusiva (ZEE).	- Elaboração e aprovação do plano de fiscalização da pesca	- Fiscalização da Zona Económica Exclusiva com apoio da União Europeia
Conservação In Situ e Ex Situ,	Conservar amostras representativas dos diferentes ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos <i>in situ</i> , em áreas protegidas	- Reprodução em viveiro de espécies de flora endémica - Elaboração de estudos científicos sobre aves endémicas de Cabo Verde	- 30.000 mudas plantas endémicas produzidas em viveiro - Reprodução em viveiro de 3 espécies de plantas endémicas medicinais -Elaboração do plano nacional de conservação das aves marinhas

	<p>Conservar as espécies ameaçadas <i>ex situ</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Substituição de espécies invasoras (exóticas) da flora por espécies endémicas - Campanhas nacionais de conservação de tartarugas marinhas e de protecção das Cagarras 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de banco de germoplasma que trabalho com sementes de 25 espécies diferentes - Plantação de 10.000 mudas espécies endémicas nas áreas protegidas em substituição das espécies exóticas/invasoras - Realização de campanhas anuais de conservação das tartarugas marinhas, de acordo com o plano nacional para a conservação das tartarugas marinhas em Cabo Verde - Diminuição da captura de filhotes de cagarras
<p>Vulgarização, Informação e Formação,</p>	<p>Promover a aprendizagem social e a apropriação do conceito global de Biodiversidade nos diferentes sectores da sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão curricular com a introdução da temática ambiental de modo transversal - Criação de uma rede de educadores ambientais nacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de Introdução da temática Ambiental nos Currículos do Ensino Básico e Secundário Iniciado - Plano de Introdução da temática Ambiental do Instituto Pedagógico Aprovado - Formação em Educação Ambiental dirigidas de coordenadores Pedagógicos e Monitoras de Infância

	Sensibilização, informação e formação de toda a sociedade sobre os conceitos da biodiversidade e sua conservação e preservação.	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da rede de educação ambiental - Criação da Rede dos Parlamentares para o Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior conhecimento por parte da população sobre a legislação ambiental vigente - Aumento do número de ONG do sector ambiental
Investigação e Formação	<p>Promover e incentivar a pesquisa para a melhoria dos conhecimentos sobre os diferentes ecossistemas do país assim como das espécies animais e vegetais.</p> <p>Promover a especialização de investigadores e formadores em biodiversidade.</p> <p>Divulgar os resultados da pesquisa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento de estudos biológicos na Baía da Murdeira - Participação de técnicos nacionais em elaboração de estudos e investigação científica de campo na área da biodiversidade marinha e terrestre 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do Ambiente e Recursos Marinhos da Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira - Avaliação de saberes locais de Santa Luzia - Catálogo bibliográfico de documentos e referências científicas no domínio marinho e costeiros - Elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Serra Malagueta e Monte Gordo
Quadro Jurídico e Institucional.	Aperfeiçoar a lei-quadro sobre o ambiente integrando aspectos sobre a biodiversidade contidos na estratégia nacional e acelerar a regulamentação das Leis já existentes sobre a matéria.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da Lei que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte dos projectos públicos e privados susceptíveis de produzirem impacte no ambiente; - Elaboração da Lei de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior Observância das Questões Ambientais na Elaboração dos Projectos que produzem efeitos no Ambiente; - Diminuição de Exportação Ilegal de Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção;

		<p>haliêuticos,</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da portaria nº 23/2007 que aprova o modelo de concessão de licença de exportação e reexportação de espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção; - Aprovação da lei de Licenciamento de pedreiras. - Aprovação e Publicação da Lei nº3/2003 que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas, - Aprovação e publicação da lei nº40/2003 que estabelece o regime jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia; - Divulgação da compilação da legislação do sector das pescas 	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração Sustentável das Pedreiras - Maior conhecimento das Áreas Protegidas e dos seus Recursos Naturais e Genéticos - Divulgação de leis ambientais na Assembleia Nacional em encontros com a Rede dos Parlamentares para o Ambiente - Elaboração e aprovação do modelo de licença CITES - Divulgação da lei sobre o regime jurídico das áreas protegidas em encontros nacionais a saber: Conselho Nacional do Ambiente, Conselho Nacional do Turismo, Feira Nacional do Ambiente
--	--	---	---

	<p>Integrar os objectivos de participação das populações locais na conservação e utilização sustentável dos recursos na legislação sobre o ambiente.</p>	<p>- Realização de encontros de validação e socialização das leis ambientais</p>	<p>Incorporação das contribuições públicas nas seguintes Leis: Lei de Bases do Ambiente, Regime Jurídico das Áreas Protegidas, Regime Jurídico da Avaliação dos Estudos de Impacte Ambiental, Lei de Bases do Ordenamento do Território</p>
	<p>Reafirmar o poder das colectividades locais no que respeita a Conservação da Biodiversidade e utilização sustentável dos seus elementos.</p>	<p>- Envolvimento das comunidades locais na gestão das áreas protegidas e de recursos naturais</p>	<p>- Participação das Comunidades Locais de Serra Malagueta e de Monte Gordo na Gestão dos Respectiveos Parques Naturais</p> <p>- Participação de Comunidades Piscatórias de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão da conservação da Reserva Natural De Santa Luzia</p> <p>- Participação de comunidades Locais de todas as Ilhas na Conservação das Tartarugas Marinhas</p>

73. Pelo quadro pode-se verificar que os maiores resultados alcançados são a nível do quadro Jurídico e os que não foram alcançados estão relacionados com a Vulgarização, informação e formação no que diz respeito a apropriação do conceito global da Biodiversidade nos diferentes sectores da sociedade e da fiscalização.

74. Os maiores constrangimentos no alcance dos objectivos propostos pela estratégia prendem-se com a demora no estabelecimento de uma Autoridade Ambiental (Direcção Geral do Ambiente), com capacidades humanas, técnicas e materiais para fazer a coordenação da implementação da estratégia da forma como foi prevista.

75. Apesar do aumento das normas legais e do conhecimento sobre as leis ambientais, prevalecem casos de infracção das mesmas e isto deve-se a fraca capacidade humana e material dos agentes de fiscalização, nomeadamente das Policias (Civil, Militar, Guarda Costeira e Marítima) e fiscais das Câmaras Municipais para cobrir o território nacional que é disperso.

76. As maiores dificuldades de fiscalização verificam-se nos casos de apanha de inertes nas praias, captura e comercialização das espécies em vias de extinção e fiscalização das actividades da pesca na ZEE, devido ao número reduzido de agentes disponível e como citado acima, devido a dispersão das ilhas.

77. A falta de capacidades técnicas (técnicos do sector ambiental) no país é um outro constrangimento, uma vez que o Ambiente é um sector novo que só foi dado a devida importância a partir do ano de 2002 com a criação do Ministério do Ambiente, onde pela primeira vez o sector ambiente aparece como 1º pilar, numa clara demonstração da importância que as questões de conservação e preservação dos recursos ambientais têm por parte das autoridades Governamentais do país.

CAPITULO III - Incorporação de considerações sobre a Diversidade Biológica nos Planos sectoriais e intersectoriais

78. A conservação e a preservação do Ambiente são uma preocupação do Estado de Cabo Verde desde a sua independência, estando esta preocupação espelhada nos vários Planos de Desenvolvimento Nacional adoptados pelos diferentes Governos ao longo da história do país, sendo que a política ambiental está expressa no actual programa do Governo (2006-2011) da seguinte forma,

“A conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais constituirão uma preocupação central do Governo que deverá ser traduzida numa orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas sectoriais”.*(Programa do Governo 2006-2011)*

79. Para responder ao proposto no artigo 6 da Convenção, este capítulo traz os esforços desenvolvidos por Cabo Verde na integração da componente ambiental Biodiversidade nos diferentes Planos e Programas Sectoriais e Intersectoriais.

O Programa do Governo da VII Legislatura assume a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais, como uma preocupação central do Governo. Assim, propõe uma orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas sectoriais.

80. Nesta via, a política de desenvolvimento e gestão dos diversos sectores da economia do país, aponta para a valorização dos recursos naturais e a conservação dos ecossistemas, tendo como objectivo, um desenvolvimento durável.

Dentro desta linha de orientação e com o objectivo de obter um plano de políticas do ambiente, e definir as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais, e ainda, os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas, por forma a que o desenvolvimento económico e social seja sustentável, o Governo de Cabo Verde, elaborou o documento estratégico da Política Ambiental - o PANA II - para um horizonte temporal de dez anos (2004-2014). (PANA II,2004)

81. O PANA II é o instrumento orientador que define a estratégia nacional para o ambiente, servindo de base de trabalho aos diversos sectores que directa ou indirectamente se relacionam com as questões ambientais. O objectivo geral do PANA II é definir orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas.

82. O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) espelha o esforço da integração da componente ambiental Biodiversidade nos diferentes sectores, uma vez que faz parte integrante do mesmo, 9 planos intersectoriais a saber:

1. Ambiente e Recursos Hídricos;
2. Ambiente, Saneamento Básico e Saúde;
3. Ambiente e Biodiversidade;
4. Ambiente e Ordenamento do Território, Infra-estruturas e Construção civil;
5. Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização;
6. Ambiente e Turismo;
7. Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária;
8. Ambiente e Pescas;
9. Ambiente e Indústria, Energia e Comercio

Para essa integração adoptou-se uma abordagem inovadora, participativa e descentralizada da problemática ambiental, com o envolvimento dos diferentes actores que intervêm no sector, nomeadamente: instituições públicas do estado, os municípios, ONG e sector privado.

83. Para tal foram realizados encontros de trabalhos e sessões de capacitação de técnicos dos diferentes sectores encarregados da elaboração dos Planos Intersectoriais, de forma a obter uma visão única e harmonizada dos problemas ambientais causados pela pressão exercida por cada sector bem como as orientações a serem seguidas de forma a garantir um desenvolvimento sectorial ao mesmo tempo que se protege e se conserve a Diversidade Biológica.

Quadro 7: Integração do ambiente nos diferentes sectores

Sector	Acções e estratégias	Resultados
<p>Agricultura, Silvicultura e Pecuária</p>	<p>Objectivo: promover uma agricultura sustentável, assente no ordenamento das bacias hidrográficas, valorização dos recursos naturais e suas capacidades produtivas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequar a agricultura de sequeiro às condições agro-ecológicas do país, na perspectiva de uma gestão sustentada dos principais recursos naturais; preservar e recuperar os ecossistemas em risco; melhorar a gestão dos recursos hídricos existentes; • Para a silvicultura prevê-se implementar um plano de gestão dos perímetros florestais; implementar e actualizar a lei florestal; sensibilizar a população para a preservação/conservação da floresta; responsabilizar as comunidades pela gestão dos perímetros florestais; criar um centro de produção e conservação de sementes e materiais vegetais; criar as condições para integração dos jovens; intensificar o uso dos recursos existentes; actualizar o cadastro nacional de terreno/propriedade; definir um plano de utilização de solos e actualizar a lei de uso de solos; definir uma plataforma de entendimento entre os intervenientes (Estado e Proprietários) sob a utilização da terra; actualizar a lei de expropriação. • Para a pecuária prevê-se melhorar e intensificar a produção 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da área coberta com sistema de rega localizada em mais 300 há; - Reconversão de 20% das áreas ocupadas com cultura do milho por outras culturas, nas zonas húmidas e sub-húmidas de altitude; - Reconversão de 10% das áreas ocupadas com culturas de sequeiro (milho e feijão) nas zonas semi áridas por sistemas silvo-pastoril; - Construção de infra-estruturas de armazenamento de água para rega de compensação com capacidade total de 6.000m³; - Fixação de 14.500 fruteiras entre as enxertadas e sobre enxertadas; - Enquadramento de 15% de unidades suinícolas tradicionais em programas de melhoramento genético, correspondente a cerca de 2.708 reprodutores; - Divulgação de 500 suínos reprodutores de raça

	forrageira; identificar espécies forrageiras adaptáveis ao clima; adequar o efectivo pecuário à carga forrageira; adoptar a lei de pecuária; reforçar o controlo fronteiriço e serviço de quarentena.	melhorada; - Diminuição do efectivo caprino em 5% e do efectivo bovino em 3%;
Pescas	<p>Objectivos: <i>Um sector das pescas com um desenvolvimento sócio-económico integrado baseado nos princípios de sustentabilidade da conservação e gestão dos recursos marinhos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir uma política e uma estratégia de gestão dos recursos das pescas orientadas para a promoção das actividades económicas que podem representar um maior aproveitamento dos potenciais existentes; • Implementar uma estratégia de gestão sustentável da orla costeira inserida na promoção do ordenamento do território que integra as actividades de construção de infra-estruturas marítimas, portuárias e estradas, a produção de água potável a partir da água do mar e a extracção do sal nas salinas tendo em conta as características da orla costeira e as potencialidades; • Definir uma orientação estratégica que vise o maior envolvimento das populações no equacionamento dos problemas das pescas e da protecção do ambiente; • Assegurar uma abordagem integrada, das funções e actividades com maior pressão sobre a biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inventariar e caracterizar os principais ecossistemas marinhos e costeiros; - Identificar e criar novas áreas marinhas protegidas e regulamentar as existentes; - Definir zonas de defeso para as lagostas costeiras, tartarugas marinhas e moluscos; - Implementar estudos ecológicos em pelo menos 50% das áreas marinhas protegidas identificadas, - Realizar estudos técnicos e económicos para todos os engenhos e vulgarizar os resultados; - Formar e reciclar anualmente os pescadores e peixeiras na área de conservação do pescado e de planificação;
Industria, Energia e comercio	Objectivos: <i>indústria nacional amiga do ambiente desenvolvida na base da promoção de uma infra-estruturação equilibrada, uma gestão sustentável dos recursos naturais e uma utilização das matérias-primas com mínimo de impacto de poluição possível.</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produzir e actualizar legislação e regulamentos sobre o sector energético;

	<p>Visam sobretudo disciplinar o exercício da actividade Industrial, minimizar, precaver ou eliminar a poluição ambiental exercida pelas actividades Industriais.</p> <p>Utilizando técnicas e tecnologias limpas de produção e utilização de energia de forma eficiente e ecologicamente sustentável.</p> <p>Implementação das medidas legislativas através da correcta regulamentação das exigências comerciais e ambientais; das medidas administrativas de fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos e de incentivos e campanhas de sensibilização e certificação das entidades ecologicamente correctas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorizar o sector de energia; ▪ Reforçar a Lei-quadro do sector de combustíveis; ▪ Regulamentar as técnicas utilizadas no sub-sector de combustíveis (licenciamento de postos de abastecimento); ▪ Incentivar e sensibilizar a utilização de energias renováveis e de novas tecnologias para fins energéticos; ▪ Melhorar e expandir a rede de infra-estruturas para garantir maior acesso das populações aos serviços de energia e água; ▪ Materializar o plano de electrificação do país sobretudo para o meio rural; ▪ Aumentar a contribuição das energias renováveis no balanço energético; ▪ Inventariar o potencial eólico e solar do país; ▪ Aumentar a eficiência no sub-sector de produção; ▪ Informar e sensibilizar os consumidores para a utilização racional de energia (URE); ▪ Promover a utilização de equipamentos mais eficientes; ▪ Reduzir o uso da lenha e outras biomassas. ▪ Estudar, redefinir e adaptar a taxa ecológica; ▪ Proibir a importação e exportação de espécies em perigo de extinção; ▪ Regulamentar a importação de embalagens não
--	---	---

		biodegradáveis; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vistoriar as empresas e armazéns comerciais; ▪ Reforçar a fiscalização das empresas comerciais; ▪ Estimular uma maior responsabilização das empresas na gestão dos resíduos produzidos;
Ordenamento do Território	<p><i>Objectivos: Um país com um Sistema Nacional de Ordenamento do território e de infra-estruturação básica e produtiva que abarque todo o território nacional, que envolva os sectores de desenvolvimento, os municípios e a sociedade civil e que contribua para uma gestão eficiente e parcimoniosa do território, dos recursos naturais e dos valores culturais, a bem do desenvolvimento económico e social sustentável, da defesa e salvaguarda do ambiente</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proceder ao cabal ordenamento dos espaços urbanos e rurais, das bacias hidrográficas, zonas turísticas especiais, das orlas costeiras e dos parques industriais como meio de potenciar o território, como factor de bem-estar dos cidadãos e de competitividade da economia; ▪ Instaurar uma abordagem nacional de ordenamento do território que promova a articulação, concertação e coordenação das acções sectoriais e municipais com incidência no território nacional; ▪ Contribuir para a regulação urbana, pela dotação de infra-estruturas e equipamentos, e para a melhoria do quadro e das condições de vida do cidadão cabo-verdiano; ▪ Promover a organização, a administração e a gestão do espaço 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institucionalização da concertação, articulação, cooperação e coordenação entre os vários sectores vocacionados, os municípios e a sociedade civil, no ordenamento, administração e gestão do território nacional, particularmente das zonas especiais de planeamento; ▪ Intervenção melhorada dos municípios em matéria de planeamento, gestão urbanística e promoção habitacional, sobretudo para os mais desfavorecidos; ▪ Cartografia e dados cadastrais disponíveis para os sectores da Administração Central e para os Municípios; ▪ Disponibilidade de elementos urbanísticos, cartográficos, cadastrais e regulamentares aos sectores de desenvolvimento, promotores privados e sociedade civil; ▪ Rede geodésica nacional com maior fiabilidade para os sectores da Administração Central e para

	territorial às escalas nacional, regional e municipal, pela elaboração dos planos, estudos e instrumentos de ordenamento do território e de planeamento urbanístico;	os Municípios; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacote legislativo moderno e adequado, relativo ao ordenamento do território e planeamento urbanístico, cartografia e cadastro.
Saúde	<p><i>Objectivos: um sector de saúde caracterizado por um melhor domínio dos problemas de origem ambiental (saneamento básico e outros) e um processo consolidado de transição epidemiológica traduzido pela forte diminuição do peso das doenças Infecciosas e Parasitárias na morbi-mortalidade da população.</i></p> <p>Reforço da vigilância epidemiológica das doenças de origem ambiental;</p> <p>Reforço das acções de formação, informação e qualificação de pessoal;</p> <p>Diminuição da vulnerabilidade do país em relação às doenças com potencial epidémico decorrentes de deficiências na gestão ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuir em 50% o peso das Doenças Infecciosas e Parasitárias na mortalidade em Cabo Verde; ▪ Diminuir em 30% a incidência das Doenças Infecciosas e Parasitárias; ▪ Aumentar os CAP (Conhecimentos, Atitudes e Praticas) das populações relativamente a essas doenças; ▪ Planificar e implementar um Programa de Saúde Ocupacional, abrangendo as principais empresas cujo ambiente de trabalho apresenta risco para a saúde do trabalhador; ▪ Regularizar toda a legislação relativa à saúde ambiental, particularmente no respeitante à qualidade da água, à evacuação das excretas e dos resíduos sólidos e líquidos; ▪ Implementar o plano de gestão dos resíduos hospitalares;
Turismo	<p><i>Objectivos: turismo sustentável desenvolvido em todo o país e em cada ilha em função das potencialidades reais existentes e garantindo um impacto socioeconómico durável.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação da oferta turística nacional de qualidade e dimensão 	<p>Plano Estratégico do Turismo</p> <p>Elaboração do Código de Conduta das boas práticas</p>

	compatíveis com as potencialidades do país e do grau de desenvolvimento dos sectores produtivos nacionais;	ambientais no sector do Turismo
Educação	<p>Objectivos: Uma população formada, informada e comprometida com o desenvolvimento sustentável.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adopção de uma concepção global de Educação Ambiental, e a valorização da abordagem integrada, inter-disciplinar e participativa; ▪ Recuperação, valorização e seguimento de experiências anteriores, procurando agir numa lógica de continuidade, capitalizando recursos e investimentos; ▪ Adequação da metodologia, estratégias e materiais de suporte, com destaque para os métodos interactivos e a comunicação de proximidade; ▪ Reforço da integração curricular da educação ambiental com actividades práticas, de pesquisa e de participação, de modo a ultrapassar a experiência unicamente cognitiva; ▪ Integração da educação ambiental em programas específicos de formação e desenvolvimento comunitário, preferencialmente com vertente do programa de redução da pobreza; 	<p>Revisão curricular com inclusão da temática ambiental</p> <p>Criação da rede de educadores ambiental</p> <p>Implementação do programa Globe</p>
Biodiversidade	Objectivo: é de promover a gestão sustentável da biodiversidade numa perspectiva integrada e optimizada das variáveis biológicas, sociais e económicas, visando a redução da pressão humana e	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a viabilidade biológica (genética) das espécies que constituem a biodiversidade, como base da inovação científica e industrial;

	<p><i>evitando ou mitigando os efeitos potencialmente negativos das actividades económicas, prevenindo assim, a sobre-exploração biológica e económica dos recursos naturais.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservação das espécies e habitats; ▪ Investigação científica e o desenvolvimento tecnológico; ▪ Abordagem integrada da questão do ambiente nos diferentes sectores (gestão integrada e participativa das zonas costeiras); ▪ Estabelecimento de uma rede de áreas protegidas terrestres e marinhas; ▪ Educação, sensibilização, informação e formação; ▪ Melhoria do ordenamento territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A manutenção dos processos ecológicos essenciais que servem de base à biodiversidade (solos, florestas, zonas costeiras, mar e recursos hídricos); ▪ A conservação e protecção da Biodiversidade, numa perspectiva (eco) regional, capaz de resistir às pressões e modificações impostas; ▪ A protecção, conservação ou recuperação de populações de espécies em perigo de extinção; ▪ Uso sustentável dos recursos naturais terrestres, marinhos e das zonas costeiras; ▪ A recuperação, protecção e conservação de ecossistemas com alto índice de concentração de Biodiversidade; ▪ A conservação, protecção e incremento de populações de espécies de importância sub-regional e mundial; ▪ Elaborar e implementar planos de conservação e gestão para espécies ameaçadas ou em perigo de extinção (tartarugas; cetáceos; tubarões, mantas e raias, espécies endémicas); ▪ Elaborar e implementar planos de gestão de ecossistemas marinhos estratégicos (dunas, recifes de corais, zonas rochosas e arenosas, etc.); ▪ Elaborar e implementar uma estratégia de
--	---	--

		<p>financiamento e sustentabilidade das actividades de conservação, protecção e gestão dos recursos biológicos e seu habitat;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Planificação e gestão das áreas protegidas existentes e criação de novas áreas, com especial atenção para a criação da Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas;
--	--	--

Fonte: PANA II – Volume I 2004

Integração da biodiversidade em Planos e Programas Nacionais

84. Com o apoio dos parceiros internacionais de desenvolvimento, Cabo Verde elaborou e já iniciou a implementação do seu segundo Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP 2009-2012), onde as preocupações com o desenvolvimento económico sustentável continua a merecer destaque e prova disso é conservação da Biodiversidade que constitui um dos indicadores de realização, estando integrado no Pilar IV da estratégia, ou seja o da Infra-estruturação.

85. Neste pilar, o DECRP determina que o crescimento económico do país e seu impacto na qualidade de vida das populações tem resultado em grande medida do esforço de infra estruturação realizado no país e a concretização dos objectivos e metas previstos no DECRP II dependerá em grande medida da continuação desse esforço de infra-estruturação e do seu efeito nomeadamente na organização do tecido produtivo nacional e na fluidez que conseguir imprimir à circulação de pessoas e bens nos vários domínios de actividade.

86. Outra vertente desse pilar é o **desenvolvimento regional e a coesão territorial**, assentes no desenvolvimento adequado e gradual da estratégia de desenvolvimento sustentável do país, através de mecanismos que potenciem os recursos das regiões através de *clusters* regionais como as zonas de desenvolvimento turístico integrado e zonas de **reserva e protecção** turística, os produtos culturais materiais e imateriais, **os recursos da biodiversidade, as áreas protegidas**, etc.

87. Será prosseguida a promoção de um **desenvolvimento com qualidade ambiental**, integrando de forma harmoniosa as componentes económica, ambiental e sócio-cultural do desenvolvimento durável, tendo como pressupostos (i) a protecção e a gestão integrada dos recursos naturais, essenciais ao desenvolvimento económico, (ii) a luta contra a pobreza; (iii) a adequação dos modos de produção e consumo.

88. O DECRP determina ainda que o desenvolvimento com qualidade ambiental estará assente nos seguintes eixos estratégicos: **a) Gestão Sustentável dos Recursos**

Naturais, **b)** Conservação e valorização da Natureza e do território, a protecção da biodiversidade e da paisagem, **c)** reforço da integração do ambiente nas políticas sectoriais e de desenvolvimento regional e local, **d)** reforço da informação e formação ambiental.

Isso tudo será garantido com o processo de revisão do documento de política ambiental nacional, o PANA II, que permitirá verificar as áreas onde os resultados têm sido alcançados de acordo com o estabelecido e onde se encontram os maiores constrangimentos na implementação do mesmo.

CAPITULO IV – Conclusões: Progressos da Meta de 2010 e Aplicações do Plano Estratégico

89. Este capítulo de acordo com as orientações do Secretariado da Convenção traz de forma resumida as constatações da evolução do estado da implementação do NBSAP, descrito nos capítulos I à III, bem como os progressos da Meta de 2010 da Convenção. Assim, passados 10 anos da elaboração da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade, pode-se constatar o seguinte:

90. A diversidade biológica de Cabo Verde é considerada alta, se levarmos em consideração que o país possui 4,033 km quadrados de território terrestre e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de aproximadamente 63.000 km quadrados de oceano.

Por esta e outras razões é que a biodiversidade profusa de Cabo Verde foi considerada como um “hotspot” global para a biodiversidade terrestre e marinha e, em particular, como um centro para o endemismo, tendo os habitats terrestres únicos do país formando parte do reino das Florestas da Macaronésia, uma das 200 Eco-regiões Globais do WWF. De acordo com o diagnóstico acima descrito, a biodiversidade marinha e endemismo entre certos organismos marinhos são também considerados elevados.

91. Um estudo a nível global identificou Cabo Verde como um dos dez principais hotspots de biodiversidade de recifes corais do mundo e, além disso, todo o arquipélago é considerado uma Importante Área de Aves (“Important Bird Area” -IBA).

92. Sendo alvo de grandes factores antropogénicos, a biodiversidade do país está actualmente sob ameaças e por ter uma estrutura arquipelágica, o seu alto nível de endemismo, se torna um risco mais real e presente. Contudo, estes riscos precisam ser abordados, não só pela sua importância mundial, mas também pelos benefícios trazidos à população local, que depende do uso sustentável dos recursos biológicos do país para a sua subsistência.

93. Assim seguindo a linha de orientações abordadas no segundo e terceiro relatório do estado da biodiversidade, torna-se necessário a adopção de estratégias visando a

montagem de um observatório nacional da biodiversidade, instrumento esse que teria uma periodicidade curta de actualização. O Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental que se encontra em fase avançada de implementação irá responder as demandas de conhecimento sobre o estado da qualidade das diferentes componentes ambientais, mas deverá ser complementado por um instrumento específico de conhecimento da Biodiversidade nacional.

94. Cabo Verde possui um nível bastante considerável de biodiversidade, expressa nas suas mais diversas formas – genética, específica, taxonómica, ecológica e funcional, sendo muito melhor estudada ao nível da flora terrestre, essencialmente do ponto de vista específico e taxonómico. Conhecimentos sobre a biodiversidade genética, ecológica e funcional são extremamente limitados o que dificulta a compreensão da diversidade e funcionamento dos ecossistemas, reduzindo também as possibilidades de melhor utilização dos recursos naturais no desenvolvimento económico e social do país.

Assim é necessário a promoção da abertura de linhas de investigação, em colaboração com as instituições de ensino superior, nos mais diversos domínios da biodiversidade (genético, específico, taxonómico, ecológico e funcional), abrangendo o ambiente marinho e terrestre.

95. Devido ao número relativamente elevado de espécies consideradas raras e/ou em vias de extinção, e não tendo sido desenvolvido programas abrangentes de conservação das espécies e respectivos *habitat*, a destruição destes, seja pela crescente pressão da urbanização dos meios rurais e semi-urbanos, seja pela extracção de inertes ou pela falta de fiscalização e controle da extracção de recursos naturais, que tem se agravado nos últimos quatro anos, para as espécies endémicas de répteis, aves e plantas vasculares. A única excepção que se verifica é em relação às tartarugas marinhas e às Cagarras, que tem sido motivo de substanciais melhorias em termos de medidas de conservação desde o ano 2007.

96. Torna-se necessário a promoção de uma linha de investigação, em matéria de Sistemática, Taxonomia e Ecologia animal, no espaço geográfico das diferentes unidades agro-ecológicas do país, por forma a completar a descrição da biodiversidade ecológica e funcional no meio terrestre, em Cabo Verde;

97. Devido a grande pressão que a actividades agrícolas e pecuárias exercem sobre a Biodiversidade, Cabo Verde precisa adoptar linhas de investigação que levem a conhecimentos cada vez mais aprofundadas sobre a biodiversidade funcional, ao nível das pragas e parasitas vegetais e animais, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas eficientes de luta biológica, como alternativa à utilização de pesticidas e outros químicos na agricultura e pecuária. O Plano de Acção Nacional da implementação da Convenção de Estocolmo poderá dar resposta a preocupação com os Produtos Organicos Persistentes.

98. Quanto as pressões exercidas pelas actividades agro-florestal e pecuárias, deve-se adoptar a vulgarização de melhores práticas agrícolas, bem como o reforço de políticas agro-florestais, e de desenvolvimento pecuário nacionais, que permitam ajustar a população do efectivo de gado à capacidade de carga dos campos de pastoreio, visando assim proteger as pastagens naturais contra o sobre-pastoreio e a destruição de vegetação;

99. Para evitar situações irreversíveis de perda da biodiversidade Cabo Verde deve criar as condições para que sejam reforçadas e multiplicadas as actuais iniciativas organizadas de conservação *in-situ* e *ex-situ* da biodiversidade, seja através de maior investimento na componente educacional e de vulgarização, seja na vertente multiplicação *in vitro* e reintrodução ou conservação em bancos de sementes (2002);

100. Apesar de a nível do Governo central não se ter determinado de forma oficial uma estrutura própria de coordenação da implementação da NBSAP, os objectivos por ela propostos foram sendo executadas ao longo dos anos e como se referiu no capítulo II, a estratégia serviu de base para a elaboração do 2º Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANAI) com horizonte de 10 anos, que constitui o documento de política ambiental nacional, que se encontra actualmente no 5º ano de implementação;

101. Pode-se considerar que a implementação da NBSAP continua deficiente nos sectores institucional, jurídico e de fiscalização por se tratarem de sectores delicados e difícil de se reunir os consensos necessários. Isto explica a não revisão da Lei de Bases do Ambiente bem como a regulamentação de áreas constantes na mesma, como sejam Ruído, ecoturismo, protecção dos recursos genéticos etc;

102. Para além da dificuldade em reunir consensos, a não socialização e divulgação das leis ambientais vigentes no país e a fiscalização do cumprimento das leis constituem, pode-se assim dizer, os maiores constrangimentos no cumprimento dos objectivos estabelecidos na estratégia;

103. Como referido no capítulo II, a falta de capacidades técnicas (técnicos do sector ambiental em numero suficiente) no país é um outro constrangimento, uma vez que o Ambiente é um sector novo que só foi dado a devida importância a partir do ano de 2002 com a criação do Ministério do Ambiente, onde pela primeira vez o sector ambiente aparece como 1º pilar, numa clara demonstração da importância que as questões de conservação e preservação dos recursos ambientais têm por parte das autoridades Governamentais do país;

104. Os altos recursos financeiros necessários para a implementação, seguimento e avaliação da gestão ambiental, aliada à fraca capacidade do País em gerar recursos financeiros próprios, sendo desta forma dependente da ajuda de parceiros internacionais, continua a constituir o factor de pouca dinâmica de desenvolvimento deste sector, principalmente nas vertentes investigação e fiscalização;

105. Quanto as as Metas de 2010 da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a criação da Rede das Áreas Protegidas de Cabo Verde contribuiu de forma significativa para que as metas sejam atingidas em todas as áreas focais definidas, de acordo com o quadro 8 abaixo.

Quadro 8: Estado da implementação das Metas de 2010 implementadas no país.

Áreas focais da Meta de 2010	Objectivos do país
Área focal 1: Proteger os componentes da biodiversidade	As principais áreas, com maior valor ecológico de importância nacional e global protegidas por Lei, representado assim mais de 10% da superfície total do país.
Área focal 2: Promover o uso sustentável	Todas as espécies de fauna e flora do país protegidas por Lei e campanhas de sensibilização realizadas para a redução da perda da biodiversidade nas várias vertentes a nível nacional.
Área focal 3: Enfrentar as ameaças à biodiversidade	Os habitats mais importantes protegidos por Lei e trabalhos de recuperação e preservação dessas áreas realizadas para controlar a introdução de espécies exóticas como também para enfrentar as ameaças das mudanças climáticas e poluição à

	perda da biodiversidade.
Área focal 4: Manter os bens e serviços da biodiversidade para sustentabilidade do ser humano	A conservação da biodiversidade visando primeiramente o bem-estar da população, contribuindo para a sustentabilidade no seu modo de vida, segurança alimentar e saúde.
Área focal 5: Proteger o conhecimento, inovações e práticas tradicionais	A diversidade sócio-cultural das comunidades locais, como sendo, os conhecimentos e práticas tradicionais, promovidas mediante o desenvolvimento de diversos projectos que visam a protecção do ambiente.
Área focal 6: Assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos	Os recursos genéticos no país não são muito explorados e comercializados, por este motivo não se tem registado conflitos ou ajustes.
Área focal 7: Assegurar o fornecimento dos recursos adequados	Cabo Verde tem beneficiado de financiamentos nomeadamente das: Agencias das Nações Unidas, GEF, Países Baixos, Cooperação Alemã, Cooperação Espanhola, Cooperação Portuguesa, Cooperação Austríaca, Cooperação Luxemburguesa, para desenvolver projectos de varias dimensões que visam a preservação do ambiente em geral.

Apêndice I – Informações concernente à Parte que informa e à preparação do informe nacional

Parte Contratante	
Ponto Focal Nacional	
Nome completo da instituição	Direcção Geral do Ambiente
Nome e cargo do ponto focal	Sónia Indira Araújo – Técnica da Direcção de Serviço de Gestão dos Recursos Naturais
Caixa Postal	115
Telefone	238 2618984
Fax	238 2617511
Correio electrónico	soniaraujocv@gmail.com
Técnicos que elaborarão o informem nacional	
Nome completo da instituição	Direcção Geral do Ambiente
Nome e cargo dos técnicos	Sónia Araújo e Vera Figueiredo
Caixa Postal	115
Telefone	238 2618984
Fax	238 2617511
Correio electrónico	soniaraujocv@gmail.com e figueiredov@gmail.com
Apresentação	
Instituição dos técnicos responsável a apresentar o relatório nacional	Direcção Geral do Ambiente

Apêndice II – Fontes de informação

1. Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade. SEPA (1999), Ministério da Agricultura, Alimentar e Ambiente. Praia. Cabo Verde.
2. Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde. Cour. Forsch. – Senckenberg. Frankfurt, 1996.
3. Primeiro Relatório Nacional sobre a Biodiversidade em Cabo Verde. Ministério da
4. Agricultura, Alimentação e Ambiente. Secretariado Executivo Para o Ambiente, Praia.
5. República de Cabo Verde. (1999)
6. Segundo Relatório do Estado de Biodiversidade em Cabo Verde, Direcção Geral do Ambiente, MAAP, 2002.
7. Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II). 2004. GEP-MAAP. Praia. Cabo Verde.
8. Livro Branco do Estado do Ambiente 2004, Direcção Geral do Ambiente, MAAP, 2004
9. Projecto de Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Direcção Geral do Ambiente, 2009
10. Plano de Gestão das Pescas, PANA II, MAAP. 2004
11. Plano de Conservação das Aves Marinhas de Cabo Verde, INIDA. MAA 2008
12. Plano Nacional de Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde, Direcção Geral do Ambiente. MAA 2008
13. Relatório de Progresso da Implementação do Pana II – Ano 2005-, Direcção Geral do Ambiente, Praia, Junho. MAA 2006
14. Relatório de Progresso da Implementação do Pana II – Ano 2006-, Direcção Geral do Ambiente, Praia, MAA, Março 2007
15. Relatório de Progresso da Implementação do Pana II – Ano 2007-, Direcção Geral do Ambiente, Praia, MAA, Abril 2008
16. Relatório de Progresso da Implementação do Pana II – Ano 2008-, Direcção Geral do Ambiente, Praia, MADRRM, Abril 2009

Apêndice III – Progresso do Programa das Áreas Protegidas

Situação e Cobertura Actual

As Áreas Protegidas (AP) são instrumentos cruciais utilizado para conservar a biodiversidade, tanto terrestre como marinha, promovem a gestão sustentável dos recursos naturais, através da utilização das abordagens participativas para a conservação. Embora a capacidade de gestão das AP ainda seja incipiente, as experiências existentes indicam os seus reais benefícios, tendo em consideração não apenas em termos de conservação da biodiversidade indígena (no caso nacional, em grande parte, endémica), mas também em termos dos benefícios que as populações locais extraem dos meios de subsistência sustentáveis.

Nos últimos anos, o país deu passos importantes na criação de um sistema de AP. A Estratégia e o Plano de Acção Nacional da Biodiversidade (1999) definiu habitats prioritários para conservação em Cabo Verde - habitats que são representativos do património em matéria de biodiversidade do país. Esta definição de prioridades serviu como base para o estabelecimento legal da rede nacional das APs em 2003, pelo Decreto-Lei 3/2003 de 24 de Fevereiro, descrevendo 47 unidades, compreendendo áreas marinhas e costeiras protegidas (AMP) como também terrestres (APT). Desde então, o governo tem estado a liderar os esforços para operacionalizar esses sítios.

A rede de AP designadas por lei inclui: 72,156 hectare de paisagem (incluindo exclusivamente paisagens terrestres e zonas costeiras) e 13,460 hectares de paisagem marinha, representando 15% da superfície terrestre do país. No sistema de AP de Cabo Verde foram criadas seis categorias, de acordo com a legislação que o regula:

- (a) Reserva Natural (15 sítios);
- (b) Parque Nacional (sem nenhum sítio decretado ainda);
- (c) Parque Natural (10 sítios);
- (d) Monumento Natural (6 sítios);
- (e) Paisagem Protegida (10 sítios);
- (f) Área de Interesse Científico (sem nenhum sítio decretado ainda);

As Reservas Naturais classificam-se em três subcategorias: Reserva Natural Integrada (6 sítios), Reserva Natural Parcial e Reserva Natural Temporal (dos quais ainda não têm sítios designados).

Os Parques Naturais e as Reservas Naturais são as categorias predominantes, cobrindo pelo menos 75% da área da rede global de AP (Tabela XXX - Estrutura da Rede de AP/AMP de Cabo Verde por Bioma e Categoria)

O Decreto-Lei não estabelece a correspondência entre as categorias nacionais das AP com as da UICN constituindo uma lacuna na legislação. Em 2005, Cabo Verde designou três sítios como Zonas Húmidas de Importância Internacional no quadro da Convenção de Ramsar, nomeadamente: Curral Velho e Lagoa de Rabil, situados na ilha da Boavista e Lagoa de Pedra Badejo, situado na ilha de Santiago. Destes, apenas o Curral Velho tem uma categoria nacional correspondente - a Paisagem Protegida de Curral Velho. Existem ainda os potenciais sítios para o estabelecimento como Zonas Húmidas, mas isso exigiria um envolvimento mais activo na implementação da Convenção. Para além dos sítios Ramsar, nenhuma outra categoria internacional de AP é reconhecida em Cabo Verde.

Desde 2005, tem havido vários esforços para iniciar um Programa de Homem e Reserva da Biosfera em Cabo Verde mas, até agora, esses esforços têm sido infrutíferos.

Quadro 9: Estrutura da Rede de AP/AMP de Cabo Verde por Bioma e Categoria

Categorias de AP Nacionais em cada bioma	Número de sítios	Área de Paisagem (ha)	Área Paisagem Marinha (ha)	% da rede de AP/AMP	Comentários
<i>Sítios exclusivamente terrestres (AP terr.)</i>	20	30,048		42%	Os maiores sítios estão nas ilhas do Fogo, Santo Antão e Boavista. Dois parques terrestres nas ilhas de São Nicolau e Santiago foram operacionalizadas através dum anterior projecto de biodiversidade do PNUD/GEF. Os sítios estão bem distribuídos pelas ilhas de Cabo Verde e são representativos dos ecossistemas terrestres do país.
Paisagens Protegidas	5	7,080	-	10%	
Reservas Naturais	2	1,118	-	2%	
Parques Naturais	8	20,357	-	28%	
Monumentos Naturais	5	1,494	-	2%	
<i>Sítios costeiros e sítios marinhos (AMP)</i>	27	28,649	13,460	58%	O conceito de uma área marinha protegida (AMP) é relativamente novo em Cabo Verde, portanto as experiências em gestão de AMP são incipientes. Os sítios criados por lei ainda precisam se operacionalizados no terreno. Três ilhas albergam a grande maioria das AMP do país: Boavista, Sal e Maio. Os sítios também incluem a ilha desabitada de Santa Luzia e os ilhéus Branco, Raso e Rombo.
Paisagens Protegidas	5	2,983	0	4%	
Reservas Naturais	13	10,573	5,935	23%	
Parques Naturais	2	10,044	7,524	24%	
Monumentos Naturais	1	90	0	0%	
Reservas Naturais Integradas	6	4,959	0	7%	

Fonte: Projecto de Consolidação do Sistema das AP de Cabo Verde

A rede de AP nacionais de Cabo Verde pode ser dividida em: (1) subconjunto terrestre e (2) subconjunto marinho/ costeiro, com relação ao bioma a que pretendem oferecer protecção.

O subconjunto terrestre compreende 20 sítios que foram legalmente estabelecidos, totalizando 30.048 hectares, o que corresponde a 7,5% da superfície terrestre do país. Oito das ilhas de Cabo Verde têm AP terrestres, sendo a maior delas no Fogo (Parque Natural de Chã das Caldeiras, com 8.469 hectares), esta AP em particular inclui a cratera do vulcão da ilha, que ainda está activa. De todos as AP terrestres, apenas dois sítios foram efectivamente operacionalizados até agora, tendo já elaborados e aprovados os Planos de Gestão. São eles, os Parques Naturais de

Serra Malagueta, na ilha de Santiago (1,200 hectares) e de Monte Gordo na ilha de São Nicolau (2,500 hectares). A operacionalização destes sítios foi conseguida através do apoio de um projecto de Biodiversidade do PNUD/GEF e o Governo de Cabo Verde. Juntos, os Parques Naturais de Serra Malagueta e Monte Gordo representam não mais de 12% da área total do subconjunto de AP terrestres e apenas 6% da área total de paisagens terrestres e marinhas, que formam parte do Sistema de AP de Cabo Verde; no total, uma fracção da propriedade global de AP.

A maioria das AP terrestres está localizada em áreas de grandes altitudes e desempenham um papel importante na condensação de humidade, precipitação e na protecção de bacias hidrográficas. Elas contêm relíquias da vegetação nativa, incluindo um conjunto importante de plantas endémicas. Os sítios também sustentam importantes espécies de aves e herpetofauna. Estas áreas, no entanto, foram sempre geridas há décadas como “perímetros florestais” sendo invadidas, em diferentes graus, por espécies exóticas de plantas, algumas das quais estão classificadas como espécies exóticas invasoras (EEI-IAS).

O Parque Natural de Chã das Caldeiras sendo na ilha do Fogo, também está em processo de elaboração do seu Plano de Gestão, cujo fim é a harmonização das necessidades de conservação do ambiente, garantindo a melhoria das condições de vida da população local, de uma forma compatível com a defesa da natureza, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Quanto ao subconjunto costeiro e marinho da rede de AP (AMP), compreendendo 27 sítios publicados no diploma, cerca de 42.109 hectares de terras costeiras e paisagens marinhas (com respectivamente 13,460 e 27,199 hectares). Nove (09) destes sítios, com mais da metade da área total das AMP, estão localizados na Ilha da Boavista. Os outros estão localizados nas ilhas do Maio e do Sal. A ilha desabitada de Santa Luzia é uma AMP na sua totalidade, 3,500 hectares. O mesmo se aplica a alguns ilhéus (Rombo, Branco e Raso). A Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira é a única área exclusivamente marinha, com 2,067 hectares.

A experiência em gestão de AMP é ainda mais incipiente do que dos sítios terrestres, visto que apenas a Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira e as Reservas

Naturais Integrais de Santa Luzia e dos ilhéus Rombo e Raso, estão no processo de elaboração dos Planos de Gestão.

Todos os estudos para elaboração desses Planos de Gestão, foram elaborados dentro do Projecto de Conservação Marinha e Costeiro (2004-2008), desenvolvido pelo então Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca e a ONG WWF.

A utilização de solos costeiros é bastante intensa na maior parte das ilhas de Cabo Verde e, portanto, a criação de áreas marinhas protegidas não será isenta de controvérsia. Além disso, porque o sector local das pescas ainda não enfrentou uma grave crise de escassez, excepção dos membros da comunidade científica, ainda não se tomou plena consciência do benefício das AMP enquanto áreas de acolhimento/nutrição para peixes, mamíferos marinhos e outros organismos marinhos de igual importância para o equilíbrio ecológico.

A melhor solução em longo prazo que se recomenda para a conservação da biodiversidade em Cabo Verde é de fortalecer e consolidar o Sistema de AP. Fornecer assim, uma protecção efectiva às áreas críticas de biodiversidade globalmente significativa e permitindo ao governo e outros intervenientes a ter uma visão de que o desenvolvimento económico sustentável baseia-se essencialmente na boa gestão dos recursos naturais apoiada pela conservação ambiental.

Esta solução assenta-se em três principais colunas: (i) reforço do quadro institucional, de políticas e jurídico para a gestão de AP, no que concerne a sustentabilidade financeira; (ii) aumento do nível de operacionalização dos sítios para que o país possa ganhar experiência em gestão de AP evitando as ameaças directas à biodiversidade contida nas AP e particularmente urgente nas AMP; (iii) difusão generalizada da participação dos intervenientes na gestão de AP e os diversos modelos pilotos.

Quando as comunidades locais, adjacentes e os parceiros têm uma participação nos processos de tomada de decisão e realização de algum estudo relativa às APT/AMP e sendo os benefícios derivados de sua gestão equitativamente partilhados, assegura-se a sustentabilidade desses sítios.

Para esta que solução em longo prazo seja alcançado, foi desenvolvido um projecto de “Consolidação do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde” para o ano de

2010-2013, tendo como financiadores: PNUD, Nações Unidas de Cabo Verde, GEF e Governo de Cabo Verde.

Este projecto estará representado em 5 ilhas, nomeadamente as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Boavista e Fogo. Dos 47 habitats terrestres e marinhos identificados na Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade de Cabo Verde (PAENB), sete áreas foram seleccionados para o estabelecimento para a consolidação do sistema das AP. Estes sítios são: os Parques Naturais de Monte Verde, Chã das Caldeiras, Morroços e Cova/Paul/R^a Torre, AMP de Serra Negra e Costa da Fragata, Ponta do Sinó, Parque Marinho do Leste da Boavista, agora alvo de operacionalização do projecto proposto.

Este projecto está coerente com os Objectivos Estratégicos do GEF, pois: (a) Catalisa a Sustentabilidade das AP e preenche os critérios de elegibilidade do Programa Estratégico (b) Aumentará a representação da Rede de Área Marinhas Protegidas gerida com eficácia nos Sistemas de Áreas Protegidas, bem como o Programa Estratégico (c) Reforçará as Redes de Áreas Terrestres Protegidas.

Com isso o projecto irá aumentar significativamente a cobertura tanto da área como do ecossistema das AP/AMP em Cabo Verde através da operacionalização de quatro áreas protegidas terrestres em três ilhas diferentes (Fogo, São Vicente e Santo Antão), que cobrirá uma área de 13,158 hectares, também irá consolidar e operacionalizar as várias AMP nas ilhas do Sal e da Boavista, cobrindo 59,915 hectares de paisagem terrestre e marinha, em três grandes áreas marinhas protegidas e ampliar a cobertura original dessas AMP em 3 milhas náuticas para o mar, para efeitos de proteger as pescas e outros organismos marinhos.

A meta de desenvolvimento do projecto é conservar a biodiversidade terrestre e marinha de importância global nos ecossistemas prioritários de Cabo Verde através da abordagem de um sistema de área protegida, com o objectivo de consolidar e reforçar o Sistema de áreas protegidas (AP) de Cabo Verde através da criação de novas unidades de AP terrestres e marinhas e da promoção de abordagens participativas à conservação.

